

A dimensão estratégica da ação segundo Habermas e a pastoral protestante histórica no Brasil

César Marques Lopes
(Brasil)

Resumen

El teólogo y pastor presbiteriano César Marques López ofrece un agudo estudio de los modelos de pastoral protestante en Brasil aplicando el marco teórico de Habermas y su acción comunicativa. Márques López muestra que en las iglesias no litúrgicas, entre las cuales ubica las iglesias presbiterianas y bautistas, en sus templos el altar ganó sintomáticamente el nombre de “púlpito”. La predicación conquista de ese modo el lugar más privilegiado de la celebración, lo que hace que frecuentemente la atención del servicio religioso sea determinado por la elocuencia del predicador, por su ortodoxia doctrinal o por ambas. La crítica del autor se centra en el lenguaje como medio de dominación y manipulación que, aunque se refiere específicamente al caso de Brasil, es aplicable a lo que sucede también en los ámbitos hispanoparlantes de América Latina.

Palabras clave: lenguaje, dominación, predicación.

Abstract

Theologian and Presbyterian pastor César Marques López offers an acute study of the models of the protestant pastoral in Brazil, applying the theory of Habermas and his communicative action. The author shows that in “non-liturgics” churches—in which he locates the Presbyterian and Baptist churches—in its temples the altar reached the name of “pulpit”. The preaching conquest—by this way—the favorite place of celebration, what makes that the attention of religious service was made frequently by eloquence of preacher, his doctrinal orthodoxy, or both of them. The criticizes of the author focus in the language, as a way of domination and manipulation that—although it refers specifically to the Brazilian case, is capable of being applied to what happens in other Hispanic-speaking bounds—.

Keywords : language, domination, preaching.

Introdução

Se entendermos a pastoral em termos de *ação*¹, podemos utilizar a conhecida Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para analisá-la. É isto que estaremos fazendo neste artigo, com duas especificações: trabalharemos apenas com a dimensão estratégica da ação e com o que podemos chamar, dentro da tipologia criada por Antonio Gouveia de Mendonça², de protestantismo histórico brasileiro.

1. A Dimensão Estratégica da Ação em Jürgen Habermas

A obra de Jürgen Habermas é extensa, além de muito divulgada e discutida. Apesar da enorme aceitação que se tem das suas idéias no mundo acadêmico, em áreas

¹ Entendemos que a pastoral deve ser considerada, de forma indelével, como a ação de toda a igreja, e não exclusivamente do pastor. No entanto, no contexto da igreja evangélica brasileira, esta segunda concepção é mais presente, fator pelo qual estaremos fazendo uso desta no presente artigo.

² Veja a tipologia desenvolvida pelo autor em VELÁSQUES FILHO, P. , e MENDONÇA, A.G. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 11-59.

como Filosofia, Sociologia, Política e Direito, entre outras, alguns aspectos do seu trabalho já foram considerados como uma forma de “fundamentalismo filosófico”³, por um lado, e como uma poderosa ferramenta que *oferece fórmulas de fácil utilização que fornecem um diagnóstico da presente era*⁴, por outro.

Não há como falar sobre Habermas sem citar a grande influência que sofreu da (e gerou na) chamada Escola de Frankfurt, apesar de todos os problemas e controvérsias envolvidos neste relacionamento.

A origem desta “Escola” se deu logo após a Primeira Guerra Mundial, quando surgiu na Alemanha um *movimento intelectual que buscou introduzir o pensamento marxista*⁵ naquela nação. Este movimento recebeu posteriormente o nome pelo qual ficou conhecido e da sua tradição saíram nomes como Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e o próprio Jürgen Habermas.

Habermas pode ser considerado como o *representante tardio e não-ortodoxo da Escola de Frankfurt*⁶. Tardio porque não teve o auge da sua produção no mesmo momento que os maiores expoentes da Escola, os membros da chamada “primeira geração”⁷. Não-ortodoxo por optar por uma linha de pensamento ligeira, mas fundamentalmente diferente da seguida por seus mentores.

Essa idéia também é confirmada por Mora em seu *Dicionário de Filosofia*⁸:

Tanto por sua colaboração no Institut für Sozialforschung como pelo tipo de análise filosófica, filosófico-histórica e filosófico-sociológica revelada em seus trabalhos, Habermas é considerado como um dos “membros” da Escola de Frankfurt [...] por outro lado, seu interesse pelo conhecimento dos trabalhos realizados dentro das orientações que ele mesmo chamou de “científico-analíticas” e seus estudos sobre a corrente hermenêutica fizeram que não fosse considerado um frankfurtiano de estrita observância.

Em resumo, podemos dizer que, apesar destas relações conturbadas, é inegável que Habermas tenha sofrido grande influência desta escola em seu pensamento, totalmente marcado pelo tipo de marxismo “heterodoxo” desenvolvido ali, tendendo a denunciar os *processos falsamente libertadores e emancipadores, entre os quais cabe incluir ao menos algumas tendências naturalistas do [próprio] marxismo*⁹.

³ Esta crítica se refere às suas teorias a respeito dos *knowledge-constitutive interests* (os interesses constitutivos do conhecimento), marcadas por um forte caráter moral, conforme WHITE, Stephen K. *Razão, justiça e modernidade*: a obra recente de Jürgen Habermas. São Paulo: Ícone, 1995, p. 36-37.

⁴ JOAS, Hans. **The unhappy marriage of Hermeneutics and Functionalism**. In HONNETH, Alex & JOAS, Hans (eds.). *Communicative action: essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action*. Massachusetts: The MIT Press, 1991, p. 97.

⁵ ARAGÃO, Lucia Maria de Carvalho. *Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 11.

⁶ STIELTJES, Cláudio. *Jürgen Habermas – a desconstrução de uma teoria*. São Paulo: Germinal, 2001, p. 25.

⁷ Apesar de ter experimentado a sua gênese na primeira metade do século XX, a Escola de Frankfurt passa a ser conhecida desta forma a partir da década de 70, com Adorno, Marcuse e Horkheimer, entre outros.

⁸ MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 1262.

⁹ Conforme MORA, *op. cit.*, 1144.

Dentre as inúmeras obras de Habermas, ganha destaque, pelo imenso volume de referências que se faz a ela, a Teoria da Ação Comunicativa. Luiz Araújo vai além, afirmando que *a noção do agir comunicativo representa, em todo caso, o eixo de leitura da obra de Habermas, seu ponto de unidade e seu fio de continuidade*¹⁰.

A Teoria da Ação Comunicativa é uma obra tardia na produção deste filósofo. Apesar de ter sido apresentada em alguns ensaios anteriores, ela tomou a forma de um livro homônimo em 1981. Stephen White ainda nos diz que¹¹:

Embora a elaboração formal da teoria da ação e racionalidade comunicativas só venha com a “virada lingüística” do pensamento de Habermas, que ocorreu por volta de 1970, seu interesse por racionalidade foi evidente desde seus primeiros escritos.

O centro desta obra é ocupado por uma formulação quádrupla: Habermas afirma a existência de quatro “dimensões” de ação¹² presentes na sociedade: teleológica, normativa, dramática e comunicativa, sendo que a primeira pode ainda se desdobrar em estratégica, afirmando a necessidade de se priorizar a comunicativa, e evidenciando os problemas envolvidos na priorização de outras dimensões.

A ação teleológica é a primeira a ser enunciada por Habermas. E é a ela que Habermas dedica um grande espaço em seu trabalho. Neste artigo, estaremos nos atendo unicamente a esta dimensão.

Sua nomenclatura deriva da palavra grega *telos*, que tem por significado “finalidade” ou “objetivo”. Assim, podemos afirmar que toda ação tem em si pelo menos uma “dimensão” teleológica; ou seja, todo e qualquer tipo de ação (inclusive as outras citadas por Habermas – estratégica, normativa, dramática e até mesmo a comunicativa), ainda que inconscientemente, está voltado para um determinado objetivo, uma determinada finalidade, um determinado *telos*.

Habermas enuncia assim o seu conceito de ação estratégica¹³:

O conceito de ação teleológica ocupa desde Aristóteles o centro da teoria filosófica da ação. O ator realiza um fim ou faz com que se produza um estado de coisas desejado elegendo, em uma dada situação, os meios mais congruentes e aplicando-os de maneira adequada. O conceito central é o de uma decisão entre

¹⁰ ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. *Religião e modernidade em Habermas*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 17.

¹¹ WHITE, Stephen K. *Razão, justiça e modernidade: a obra recente de Jürgen Habermas*. São Paulo: Ícone, 1995, p. 35.

¹² A dimensão teleológica/estratégica é definida neste artigo. As outras dimensões podem ter suas conceituações resumidas assim: a dimensão *normativa* prioriza uma relação com o mundo social, fazendo uso da linguagem para ratificação e validação das normas correntes. Em consequência disso, as normas tornam-se objeto fixo de aprendizagem. O critério de validade aqui é o da “justiça”. A dimensão *dramática* prioriza um relacionamento com o mundo subjetivo, através da performance, ou seja, da representação de si mesmo desempenhada pelo actante. A linguagem torna-se um meio de oferecer acesso à subjetividade deste autor. O critério de validade para esta ação é o da autenticidade ou sinceridade. Por fim, a dimensão *comunicativa* prioriza a interpretação da realidade e, a partir de uma situação ideal de fala, prioriza o relacionamento tripla com os mundos subjetivo, social e normativo. Aqui, a linguagem é utilizada como meio para o entendimento, e como consequência, transforma a ação numa atividade produtora de sentido.

¹³ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I – racionalidad de la acción y racionalización social*. Madri: Taurus, 1987, p.122,123.

alternativas de ação, direcionada à realização de um propósito, dirigida por máximas e apoiada em uma interpretação da situação.

Algumas expressões utilizadas pelo autor no momento desta primeira definição de ação teleológica devem ser destacadas: é uma ação marcada por *alternativas*, dentre as quais a mais adequada (a partir de critérios que serão destacados mais abaixo) é aplicada; também se caracteriza por apoiar-se em *máximas* (ou enunciados caracterizados pela sua veracidade) e em *uma interpretação* da situação ou da realidade (que não é negociável dentre os diversos atores, mas é dada por aquele que também enuncia as *máximas* e, conseqüentemente, dirige a ação).

Habermas deriva desta ação teleológica um segundo tipo, ao qual ele chama estratégica. Segundo o próprio autor, essa é uma dimensão da ação cuja utilização vem se avolumando nas sociedades modernas, sendo legitimada no âmbito econômico pelo direito provado e, no âmbito político, pela estruturação do Estado¹⁴. Neste artigo, estaremos realizando uma distinção fundamental entre estas duas ações, devido à própria argumentação do autor, como se segue:

A ação teleológica se amplia e converte em ação estratégica quando, no cálculo que o agente faz de seu êxito, intervém a expectativa das decisões de pelo menos um outro agente que também atua com vistas à realização de seus próprios propósitos. Este modelo de ação é interpretado amiúde em termos utilitaristas; então se supõe que o ator elege e calcula meios e fins desde o ponto de vista da maximização de utilidade ou de expectativas de utilidade.

Assim, a característica mais fundamental que difere a ação estratégica da teleológica é o fato de que ela leva em consideração o resultado de sua ação sobre pelo menos mais um ator.

Habermas destaca mais alguns aspectos do que ele define como ação estratégica¹⁵:

1.1. Relação com um mundo objetivo e ênfase na racionalidade cognitivo-instrumental

O mundo objetivo é *um mundo de “estado de assuntos”, ou já existentes presentemente ou produtíveis através da ação*¹⁶. A necessidade de se obter ou fornecer informações objetivas a respeito deste “estado de coisas” acaba gerando a ênfase no que estamos chamando de racionalidade cognitivo-instrumental.

O Ocidente, de uma forma geral, tem valorizado extremamente este tipo de saber. A racionalidade cognitivo-instrumental valoriza a exatidão dos conceitos e sua aplicabilidade, fazendo com que outros tipos de saberes sejam colocados de lado. Manfredo Oliveira destaca alguns destes outros saberes que devem se mostrar integrantes de uma nova concepção de racionalidade¹⁷:

Numa concepção ampliada de racionalidade, emergem também como racionais o saber prático-moral e prático-estético. É possível, portanto, discutir racionalmente a

¹⁴ Conforme HABERMAS, Jürgen. . **O conceito de saber de Hanna Arendt**. In FREITAG, B. G. & ROUANET, S. P. (orgs.). *Habermas: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980, p. 111.

¹⁵ Idem, p. 125-127

¹⁶ WHITE, *op. cit.*, p. 45.

¹⁷ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Dialética e Hermenêutica em Jürgen Habermas**. In HAGUETTE, André et alli. *Dialética hoje*. Petrópolis: Vozes, 1990, p.94.

respeito de valores, sobre a autenticidade da obra de arte e sobre a veracidade de procedimentos expressivos.

A ação estratégica, portanto, desenvolve um vínculo muito forte com este tipo de racionalidade cognitiva-instrumental. Ao fazer isto, assume também a opção de desvalorizar as outras racionalidades citadas.

1.2. Dotação do agente de um “complexo cognitivo-volitivo”

Este complexo cognitivo-volitivo desenvolvido pelo agente nada mais é que o desenvolvimento de *opiniões* a respeito da situação existente (aspecto cognitivo), que é feito através das suas percepções, aliado a um desenvolvimento de *intenções* (aspecto volitivo) que tenham como finalidade trazer à existência uma determinada situação desejada.

Habermas continua afirmando que estas situações (ou estado de coisas) normalmente vêm representadas como “conteúdos proposicionais de orações enunciativas ou de orações de intenção”. Estas são as “máximas” que orientam a ação teleológica.

As máximas ou juízos, portanto, são as afirmações que têm como objetivo instigar em outros atores a elaboração de *opiniões* que possam ser úteis ao desenvolvimento da ação desejada e *intenções* que possam motivar a vontade destes outros atores de forma a realizarem a ação.

O processo desta dotação pode se perverter de forma a configurar-se numa comunicação distorcida, que acaba se baseando em, por exemplo, “ameaças e seduções”¹⁸:

Na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o sucesso, isto é, para as conseqüências do seu agir eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seus adversários.

Esta preocupação de Habermas faz sentido quando nos lembramos do importante papel dado por ele para a linguagem dentro do seu projeto de ação comunicativa. Segundo Matthias Preiswerk, a importância da linguagem em Habermas se dá pelo fato de que ela tem o papel de assegurar, *dentro do entendimento, a coordenação das ações. Não existe verdadeira comunicação sem verdadeiro consenso, e este deve ser perceptível no nível da linguagem*¹⁹.

Assim, a linguagem tem papel destacado na construção do consenso, quando pensamos numa ação comunicativa, tal como a definiremos mais adiante. No entanto, ela tem o seu papel totalmente pervertido dentro da ação estratégica quando é utilizada para a dominação/manipulação através do oferecimento aos agentes deste “complexo cognitivo-volitivo”.

1.3. Os critérios de validade para esta ação

A formação deste complexo cognitivo-volitivo depende basicamente da interpretação que se faz a respeito das percepções e opiniões que cada ator tem a respeito das máximas propostas. Ou seja, as máximas podem ser consideradas

¹⁸ HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p. 164.

¹⁹ Preiswerk, *op. cit.*, 323.

verdadeiras ou falsas, de acordo com o seu ajuste ou desajuste com relação ao mundo. Pode-se ainda considerar se as intervenções propostas terão êxito ou fracasso, ou seja, se vão alcançar ou errar o efeito que propõem conseguir no mundo. Enfim, Habermas afirma que estas relações entre ator e mundo (ou entre as máximas e o estado de coisas) podem ser julgadas conforme os critérios de verdade e/ou eficácia.

Assim, o critério de validade para uma ação estratégica é a verdade de suas proposições e a eficácia do processo que está propondo. Com isso, afirma-se que ela pode ser questionada quando suas bases (suas máximas) não correspondem à realidade ou quando ela não realiza, de fato, o que propõe. Logo, estes critérios de validade são, evidentemente, marcados por uma racionalidade cognitiva-instrumental.

Quando os fins são priorizados, a reflexão sobre o processo em si não passa pela discussão sobre a validade moral ou não deste, mas detém-se apenas no exame de sua eficácia. Desta maneira, autentica-se a famosa expressão “os fins justificam os meios”.

Uma conseqüência deste fato é que a “produtividade” tem sua posição elevada, como já citamos anteriormente. Este é um dado importante quando nos lembramos de que o cerne da ação teleológica/estratégica é a idéia de que o ator deve escolher, dentro de uma dada situação, quais serão os meios mais congruentes. Podemos dizer que, dentre os meios que passarem pelo critério de validade da veracidade e eficácia, o meio mais congruente será então, obviamente, o que for mais “produtivo”.

1.4. Os “cálculos egocêntricos de utilidades”

Habermas chama ainda a atenção para o fato de que²⁰:

o resultado da ação depende também de outros atores, cada um dos quais se orienta pela consecução de seu próprio êxito, e só se comporta cooperativamente à medida que este resultado se encaixa em seu cálculo egocêntrico de utilidades.

A ação estratégica, portanto, estimula essa tomada de posições pelos diversos atores envolvidos na situação. Mas o fato é que a participação destes diversos atores só se dá, na realidade, quando existe um “alinhamento” entre os resultados possíveis da ação e o “cálculo egocêntrico” de utilidades.

As ações que não permitem este alinhamento, ou seja, que não maximizam o seu resultado em relação às possíveis utilizações egocêntricas de cada ator, são descartadas.

2. A Pastoral Estratégica no Protestantismo Histórico

Estaremos chamando de pastoral estratégica a tendência encontrada na pastoral protestante histórica brasileira que privilegia a dimensão de ação que Habermas conceitua como tal. Esta vinculação pode ser justificada como se segue.

2.1. Vínculos com a racionalidade cognitiva-instrumental desenvolvidos pela pastoral protestante histórica brasileira

A primeira característica da ação estratégica, tal como vimos anteriormente, é o fato de estabelecer vínculos com uma racionalidade cognitiva-instrumental. Podemos afirmar que a pastoral protestante histórica brasileira desenvolveu alguns destes.

Dentre eles, destacamos pelo menos quatro. Os dois primeiros têm a ver com o ato da pregação formal: a pregação caracterizada pela verdade doutrinária e a pregação

²⁰ HABERMAS, 1987: p. 127.

como “aula magna”. Além destes dois, podemos ainda destacar as formulações doutrinárias como “expressões da verdade” e o pastor como “presbítero docente”. Vejamos mais detalhadamente como estes vínculos podem ser estabelecidos e percebidos.

a) Pregação caracterizada pela veracidade doutrinária

Percebermos fortes traços de uma chamada pastoral estratégica através do caráter fortemente cognitivo que marca a pregação de muitas das chamadas igrejas históricas ou, para usarmos a tipologia litúrgica proposta por Prócoro Velásques Filho, as igrejas não-litúrgicas (segundo ele, as presbiterianas, metodistas e batistas)²¹:

Nos templos destas Igrejas, o altar ganhou sintomaticamente o nome de “púlpito”. A pregação conquista assim o lugar mais privilegiado da celebração, o que faz com que freqüentemente o atendimento ao serviço religioso seja determinado pela eloquência do pregador, por sua ortodoxia doutrinária, ou por ambas.

Assim, dentro desta corrente litúrgica, a qualidade da ação pastoral, ou seja, a qualidade do comportamento e da competência do pastor, pelo menos no que se refere ao culto, é definida pela “veracidade” (ou ortodoxia) doutrinária demonstrada pela sua pregação. A importância desta pregação “cognitiva” é destacada por este autor quando este afirma que ela ocupa o lugar mais privilegiado dentro da celebração.

b) A pregação como “aula magna”

Esta expressão é utilizada por Robinson Cavalcanti para se referir ao tipo de culto que ele chama de “culto do livro”, que seria típico de congregacionais, presbiterianos, batistas e metodistas²². Podemos tomá-la como referência, também, ao momento específico da pregação.

A utilização desta expressão ressalta o fato de que a pregação, no contexto de uma pastoral estratégica, acaba se tornando um exercício cognitivo. Segundo Donald Turner²³, que segue esta tendência, *o elemento pedagógico na pregação deve ser o ingrediente principal*. Se há alguma possibilidade de, a princípio, interpretar este “pedagógico” como significando algo que não esteja relacionado apenas com esta racionalidade cognitiva-instrumental, ela logo se desfaz no parágrafo seguinte, quando o autor afirma que *o sermão deve pelo menos informar de uma maneira aceitável*, trazendo a noção, então, de que o objetivo da pregação é puramente cognitivo-instrumental: fornecer informações.

Ganha sentido, então, a expressão “aula magna”. A pregação, como parte central do culto (conforme item anterior) seria o momento privilegiado de transmissão de informações, a “aula” mais importante da semana.

²¹ VELASQUES FILHO, Prócoro e MENDONÇA, Antonio Gouveia de, *op. cit.*, p. 156. Segundo Velasques filho, o autor deste capítulo, o que caracteriza tais igrejas como “não-litúrgicas” é a “prática de um culto que foge a fórmulas pré-fixadas, aos rituais e ao aparato litúrgico” (p. 156), fatores alavancados por um anticatolicismo, que identifica a utilização de tais recursos e aparatos com a missa católica romana.

²² CAVALCANTI, Robinson. **O culto evangélico no Brasil**. In *A Igreja, o país e o mundo: desafios a uma fé engajada*. Viçosa: Ultimato, 2000, p. 31.

²³ TURNER, Donald. *A prática do pastorado*. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1989, p. 130.

c) Formulações doutrinárias como “expressões da verdade”

Rubem Alves, em sua clássica obra *Protestantismo e Repressão*, constrói um tipo ideal que denomina “Protestantismo da Reta Doutrina” (PRD), associando a este um comportamento conservador e, como o próprio nome da obra nos sugere, repressor. Podemos dizer, de acordo com as próprias caracterizações do autor, que esse PRD se identifica com o que estamos chamando, nesse trabalho, de protestantismo histórico brasileiro²⁴. Dentre muitos trechos que se dedicam a essa caracterização, chama-nos a atenção o que se segue²⁵:

O PRD [é caracterizado pelo] fato de privilegiar a *concordância com uma série de formulações doutrinárias*, tidas como *expressão da verdade*, e que devem ser afirmadas *sem nenhuma sombra de dúvida*, como condição para participação na comunidade eclesial.

Não nos cabe, aqui, fazer uma análise da obra de Alves. A relevância desta citação se dá pela interessantíssima caracterização que ele faz deste tipo de protestantismo. Ela se fundamenta totalmente no conceito (cognitivo) de veracidade, por entender-se como portadora de formulações ou expressões doutrinárias que são expressões *da verdade* (colocada assim, de forma absoluta, e não *de verdades*), sendo que o critério para a participação na comunidade eclesial é exatamente a aceitação deste “complexo cognitivo-volitivo”. E esta faceta é ressaltada ainda mais pelo autor quando ele afirma que *no PRD [...], a graça é mediada pelo conhecimento. Quem não afirma a verdade está separado da graça*²⁶.

d) O pastor como “presbítero docente”

Esta é uma nomenclatura que aparece especificamente na realidade de pelo menos duas denominações, a Igreja Presbiteriana do Brasil e a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, mas cujo uso e significado podem ser estendidos a outras igrejas brasileiras de tradição protestante histórica.

A Constituição da IPB (à semelhança da Constituição da IPIB) fala a respeito dos pastores usando basicamente três termos: pastor, ministro e presbítero docente. Este último termo é usado no artigo 25 da primeira constituição, quando se fala a respeito dos oficiais que mediam a ação da Igreja, principalmente para distinguir a função do pastor em relação à função exercida por aqueles que são considerados “presbíteros regentes”.

Esta utilização é muito significativa: “pastor” e “presbítero” têm igualmente, dentro do que a IPB e a IPIB chamam de “conselho”, a autoridade para representar a Igreja ou para decidir com respeito às questões internas. No entanto, cabe ao pastor, enquanto “presbítero docente”, o lugar privilegiado no ministério do ensino. Este fator é intensificado pelo artigo 30, que afirma:

*O Ministro do Evangelho é o oficial consagrado pela Igreja, representada no Presbitério, para dedicar-se especialmente à **pregação da Palavra de Deus**,*

²⁴ Rubem Alves associa mais fortemente este tipo de protestantismo à Igreja Presbiteriana do Brasil devido ao fato de ter usado um “material empírico” retirado da realidade desta denominação (como ele mesmo afirma à página 36). No entanto, conforme ressalva feita pelo próprio autor, esta identificação não é unívoca: nem todos os membros (e nos permitimos acrescentar que nem todos os pastores) se enquadram neste tipo, e as aplicações deste não podem ser restritas apenas a esta denominação.

²⁵ ALVES, Rubem. *Protestantismo e repressão*. São Paulo: Ática, 1982, p. 35 (grifo do autor).

²⁶ Alves, *op. cit.*, p. 270.

administrar os sacramentos, edificar os crentes e participar, com os Presbíteros regentes, do governo e disciplina da comunidade [grifo acrescentado].

Das quatro funções que o pastor recebe dentro deste artigo, duas delas dizem respeito à utilização direta da racionalidade cognitivo-instrumental, conforme o destaque feito no texto.

2.2. Ações eclesiais/pastorais validadas pela verdade ou eficácia

Já vimos que uma das bases para a ação estratégica se firma em seus critérios de validade: esta ação está baseada na verdade e na eficácia.

Na pastoral protestante brasileira também existe este traço. Podemos distinguir o fato de que algumas práticas podem ser legitimadas pelo fato de que elas são “verdadeiras” e/ou “eficazes”. Como exemplo, podemos citar a afirmação de Erwin Lutzer, falando sobre um dos três tipos de pregação propostos por Richard Owen Orberts²⁷:

Na pregação alma-alma, o pregador gasta horas preparando a sua mensagem, mas gasta o mesmo tempo preparando a própria alma. Somente este tipo de pregação resulta em conversões e promove a santidade.

Sem entrar num juízo de valores a respeito da correção da pregação aí classificada como “alma-alma”, o que nos chama a atenção é o critério de validade para ela: o fato de que ela produz resultados concretos, tais como “conversões”, e resultados não tão concretos assim, como a “promoção da santidade”.

É interessante que este tipo de postura é estimulada nos e pelos pastores que advogam este tipo de pastoral também pelo fato de que se espera que os membros da igreja (o rebanho) estão, da mesma forma, esperando por resultados²⁸:

Um pastor cujo trabalho seja proficiente será admirado e respeitado pelo rebanho por sua capacidade e frutificação constantes. Esse resultado depende em grande parte de se ele aprendeu ou não a funcionar no poder que Deus lhe deu e por meio deste poder.

Chama a atenção, neste pequeno trecho, a utilização extensiva de palavras que têm a semântica da eficiência: capacidade, frutificação, resultado, funcionar. Ou seja, afirma-se que o critério de avaliação de um pastor, não somente por ele mesmo ou por seus colegas, mas também pelo próprio rebanho, é o fato dele “funcionar” ou não.

O já clássico livro *Estratégias para o crescimento de Igrejas*, de Peter Wagner, um dos maiores expoentes do chamado “Movimento de Crescimento de Igrejas”, também está carregado de afirmações que caminham para uma justificativa de práticas pastorais/eclesiais a partir de sua eficácia. Logo nas primeiras palavras desta obra, na introdução, Wagner afirma²⁹:

Estratégias para o crescimento de Igrejas é o livro que reúne pela primeira vez diversos princípios de evangelismo e missões comprovadamente eficazes na implementação da Grande Comissão [grifo acrescentado].

O mesmo Peter Wagner, em outro livro, afirma que³⁰:

²⁷ LUTZER, Erwin. *De pastor para pastor*. São Paulo: Vida, 2000, p. 42.

²⁸ STOWELL, Joseph M. *Pastoreando a Igreja*. São Paulo: Vida, 2000, p. 127.

²⁹ WAGNER, Peter C. *Estratégias para o crescimento de Igrejas*. São Paulo: SEPAL, 1995, p. 15.

³⁰ WAGNER, Peter. *Plantar igrejas para a grande colheita*. São Paulo: ABBA Press, 1993, p. 118.

A maioria dos modelos tradicionais de estatutos de igreja tendem a limitar muito a autoridade do pastor e colocá-las nas mãos de leigos. Novamente, estou consciente que alguns concordam com uma filosofia de ministério que vê a liderança leiga como uma ordenança bíblica. Contudo, aqueles que interpretam a Bíblia como centralizando a autoridade de liderança no pastor, gozam de uma dinâmica de crescimento muito maior.

Como o próprio autor procura ressaltar, ele está consciente dos argumentos contrários à sua posição. No entanto, o que está implícito é o critério de validade eficácia: a “dinâmica de crescimento” ser bem maior indica que este é o melhor caminho a se tomar.

Um outro testemunho interessante é dado por Rick Warren, autor do bestseller *Uma igreja com propósitos*. Ele afirma que desenvolveu as estratégias que aplicou em sua igreja local, a Saddleback Community Church, durante os seus anos de seminário, mas ninguém dava atenção às suas idéias. Agora, visto que sua estratégia tem funcionado tão bem, ele sempre tem à sua espera, nos seminários que ministra para pastores e líderes ao redor do mundo, um auditório cheio e extremamente atento³¹. E numa apostila destinada a espalhar a visão da “igreja com propósitos”, ele ainda declara que *uma declaração de propósito efetiva focaliza resultados e não atividades*³².

2.3. A linguagem como meio de dominação

Essa última característica deve ser mais identificada como uma tendência estratégica dentro da pastoral protestante brasileira.

Quando percebemos que o lugar privilegiado de uma pastoral estratégica é o exercício da pregação, através do púlpito, entendemos que existe, de maneira muito evidente, o grande risco de se utilizar a linguagem da maneira como Habermas condena: manipulando e exercendo dominação através dela. Jaime Kemp, pastor americano radicado no Brasil, também alerta para esta realidade³³:

Para aqueles que Deus presenteia com o dom do ensino e da pregação, é necessário haver uma séria conscientização do enorme poder das palavras. Serão tentados a utilizar a sua autoridade para finalidades egoístas [...] e, às vezes, abusando, pois o sermão pode servir para, sutilmente, coagir pessoas a colaborarem com a construção do templo, com o coral necessitado de participantes, com os professores da Escola Dominical, para conscientizar o rebanho a ser generoso ao dar ofertas, etc.

Esta citação se torna extremamente interessante ao ressaltar pelo menos três aspectos levantados anteriormente quando verificamos as características da ação estratégica:

³¹ Conforme COSTELLA, Denis. *The Church Growth Movement – an analysis of Rick Warren’s “Purpose Given” Church Growth Strategy* [on line]. Disponível na Internet via www. URL: <http://www.fundamentalbiblechurch.org/Foundation/fbcSDLbk.htm>. Arquivo capturado em 07/04/2002.

³² WARREN, Rick. *Seminário da Igreja com Propósitos Seção 1 – Edificando uma igreja com propósito* [on line]. Disponível na Internet via www. URL: http://www.purposedriven.com/internationale/pg/downloads/l_guide/IWA_POR_1.pdf. Arquivo capturado em 07/04/2002.

³³ KEMP, Jaime. *Pastores em perigo*. São Paulo: SEPAL, 2000, p. 28.

a) Os “cálculos egocêntricos de utilidades”

Habermas alertava para o fato de que, na ação estratégica, os agentes são levados a calcular, dentro da ação proposta, qual alternativa lhe ofereceria maiores utilidades. Kemp alerta para esta realidade também quanto a este tipo de pregação, falando da possibilidade de que ela seja direcionada de forma egoísta.

b) A linguagem manipuladora propriamente dita

A “coação” de pessoas a agirem conforme as necessidades expostas é uma realidade dentro desta pastoral. Ou seja, os atores são dotados de um “complexo cognitivo-volitivo”, de uma série de informações sobre a situação das finanças na reforma do templo, sobre o coral, sobre a necessidade dos professores da Escola Dominical, etc., e também de uma série de frases de efeito (as “máximas”) que têm como intenção motivar estes agentes à ação.

Este termo aparentemente forte, coação, tem seu lugar porque os enunciados propostos pelo falante não são necessariamente falsos ou ineficazes: no entanto, eles podem carecer de outras características, tais como a retidão moral ou a sinceridade, comuns a outros modelos de ação, mas que não têm o seu lugar na ação/pastoral estratégica.

c) A construção do *telos*

Kemp deixa transparecer a realidade da construção unilateral do *telos* dentro deste tipo de pastoral. Nela, as finalidades para as quais a pregação (e, conseqüentemente, a pastoral que dá origem àquela) é dirigida são determinadas pelo falante, pelo “portador” da pregação. É ele quem determina se a finalidade da ação será, nas palavras de Kemp, a construção do templo, o coral, etc. Isso se identifica com o princípio da ação estratégica proposta por Habermas, já que um agente, o falante, determina a finalidade da ação, sem que haja uma negociação a respeito da interpretação da situação.

Estas associações nos levam a concluir, então, que, de fato, existem traços do que podemos chamar de pastoral estratégica em meio ao protestantismo brasileiro. No entanto, quais são os problemas e as dificuldades causadas por este tipo de pastoral? Vejamos a seguir alguns destes elementos.

3. Uma crítica à pastoral estratégica

Quando classificamos uma pastoral como estratégica não estamos necessariamente emitindo um juízo de valores a respeito dela. No entanto, é nossa intenção afirmar que tal modelo apresenta sérios problemas bíblicos e teológicos. Vejamos quais são os elementos que podem embasar tal afirmação.

3.1. Uma prática pastoral baseada na racionalidade cognitivo-instrumental

Já enfatizamos a forma como esta racionalidade cognitivo-instrumental se identifica com a pastoral estratégica. Vale aqui, apenas, ressaltar que o resultado disto é uma prática pastoral que muitas vezes, ao ignorar o saber prático-moral, o prático-estético e, podemos acrescentar, o afetivo ou “emocional”³⁴, seja vista como asséptica e fria.

³⁴ Howard Gardner iniciou uma discussão sobre “inteligências múltiplas” que foi popularizada por Daniel Goleman, quando este fala a respeito da chamada “Inteligência emocional”. Goleman foi seguido por

A pós-modernidade, apesar de todas as críticas e problemas que tem suscitado, permitiu às pessoas que voltassem a olhar com carinho para as suas emoções, cuidando delas, ou seja, permitiu que elas voltassem a priorizar, em suas vidas, relacionamentos que contemplassem, de uma forma ou de outra, este aspecto.

Por outro lado, não se pode confundir a utilização de técnicas psicológicas que tragam um “sentir-se bem” como sendo uma priorização de outros saberes além do cognitivo-instrumental: pelo contrário, estas técnicas podem representar, pura e simplesmente, a busca por uma maior eficácia dentro de todo o processo da ação.

3.2. O pastor como detentor exclusivo do saber cognitivo-instrumental

Esta segunda característica negativa dentro da pastoral estratégica é, na verdade, uma consequência da primeira. Quando se prioriza a racionalidade cognitivo-instrumental dentro do contexto eclesial, automaticamente se prioriza a participação de um dos atores deste campo. Este ator é o que representa o papel de pastor, ou seja, é aquele que normalmente possui o domínio de um conjunto de saberes que se identifica com esta racionalidade, devido a uma possível “formação teológica”, a uma maior experiência dentro do campo em questão ou mesmo de um maior poder de articulação política.

Quando pensamos na realidade das denominações chamadas protestantes históricas, foco central da nossa pesquisa, esta realidade se torna ainda mais intensa. Isto porque, nestas denominações, existe uma intensificação do valor conferido ao recebimento de uma educação formal como pré-requisito básico para que alguém possa ser constituído como pastor de uma comunidade. É exatamente esta educação formal que confere ao agente o domínio cognitivo sobre este tipo de racionalidade que é enfatizada dentro desta ação ou pastoral estratégica.

Quando se impõe, então, este tipo de pastoral na vivência eclesial, está sendo ferido um dos princípios mais caros para as igrejas herdeiras da Reforma Protestante do século XVI: o princípio do sacerdócio universal, segundo o qual todos os crentes teriam igual acesso a Deus através de Jesus Cristo, tendo também com isso o mesmo grau de responsabilidade dentro das instituições eclesiais.

É esta tendência estratégica que José Rubens Jardimino critica quando diz³⁵: A formação teológica protestante [...] terá que colocar em prática, sem nenhuma máscara, a doutrina do sacerdócio universal dos crentes e se empenhar em ser agência de formação de quadros pastorais (leigos), sem que estes sejam domesticados pela estrutura eclesial. Procurar formar uma comunidade pastoral e se livrar, na medida do possível, da grande força que o clericalismo exerce no ministério pastoral.

Assim, qualquer tipo de pastoral que tente evitar o paradigma estratégico precisa descentralizar o processo de produção de saberes e também multidimensioná-los, tirando a centralidade e quase exclusividade do saber cognitivo-instrumental. É necessária a formação desta “comunidade pastoral” à qual Jardimino se refere, de tal forma que ela viabilize uma maior participação dos membros das comunidades na construção da identidade e da filosofia de ação desta.

inúmeros autores que tentam explorar o que se tornou um verdadeiro filão dentro da literatura contemporânea.

³⁵ JARDILINO, José Rubens. **Pastoral: perspectivas históricas e desafios atuais**, in *Simpósio*, n. 36. São Paulo: ASTE, 1993, p. 36.

3.3. A eficácia como único critério de validade

Quando a eficácia é colocada como único critério de validade dentro da pastoral estratégica, outros valores igualmente importantes começam a ser deixados de lado. A utilização de “igualmente importantes” é proposital: não se pode negar a relevância da eficácia na avaliação das ações eclesiais.

Esta é exatamente uma das maiores crises que a igreja de hoje passa no Brasil. Pressionadas pela necessidade de crescimento numérico para a sobrevivência das instituições que representam, algumas denominações têm tentado traçar planos que privilegiem a maximização dos resultados, tal como vimos quando falamos da influência do movimento gerencial e do neopentecostalismo. Estes planos são normalmente motivados por máximas, por frases de efeito, que tentam, desta forma, dotar os agentes do chamado “complexo cognitivo-volitivo” de forma que estejam motivados para esta maximização.

Interessante é o fato de que, atualmente, numa resposta a esta ênfase sobre o que funciona, tem havido uma certa tensão devido ao fato de que o outro critério de validade para a pastoral estratégica, o da verdade, tem sido deixado de lado³⁶:

Qualquer filosofia de ministério do tipo “fins-que-justificam-os-meios” inevitavelmente comprometerá a doutrina, a despeito de qualquer proposição em contrário. Se a eficácia se tornar o indicador do que é certo ou errado, sem a menor dúvida nossa doutrina será diluída. Em última análise, o conceito de verdade para um pragmatista é moldado pelo que parece ser eficaz e não pela revelação objetiva das Escrituras.

Uma consideração da metodologia do movimento de crescimento de igrejas revela como isso acontece. O movimento estuda todas as igrejas que estão crescendo, até mesmo aquelas que possuem doutrinas falsas no âmago de seu ensino. Igrejas denominacionais liberais, seitas carismáticas extremadas e ditaduras de hiperfundamentalismo militante são observadas para o escrutínio dos especialistas. Às vezes, princípios de crescimento são tirados até mesmo das igrejas dos mórmons ou dos Salões do Reino das Testemunhas de Jeová. O especialista em crescimento de igreja procura características comuns a todas as igrejas que estão crescendo e advoga quaisquer métodos que pareçam estar produzindo resultados. E a questão principal é sempre o crescimento numérico.

MacArthur critica duramente a “religião show”, em suas palavras, a partir do fato de que “a questão principal é sempre o crescimento numérico”, ou seja, a partir do fato de que parece haver uma corrente que enfatiza muito mais o critério eficácia ao invés do critério verdade.

Outro crítico desta tendência dentro da pastoral é o conhecido escritor americano Eugene Peterson. Suas afirmações são duras, porém pertinentes também para o nosso contexto brasileiro, ao ressaltar a forma através da qual a eficácia acaba se tornando um referencial tão forte que acaba suplantando as diferenças fundamentais entre igrejas e

³⁶ MacARTHUR, John. *Com vergonha do Evangelho*. Quando a Igreja se torna como o mundo. São Paulo: Fiel, 1996, p. 85-86.

lojas, tornando-as, na visão do autor, semelhantes, exatamente por usarem os mesmos critérios de validade³⁷:

Os pastores se transformaram em um grupo de gerentes de lojas, sendo que os estabelecimentos comerciais que dirigem são as igrejas. As preocupações são as mesmas dos gerentes: como manter seus clientes felizes, como atraí-los para que não vão às lojas concorrentes que ficam na mesma rua, como embalar os produtos de forma que os consumidores gastem mais dinheiro com eles.

3.4. Cálculos egocêntricos de utilidade levando a um individualismo pessoal e denominacional

Quando observamos que uma das características da ação estratégica é exatamente a utilização destes “cálculos”, entendemos um pouco melhor porque a realidade eclesial brasileira vive uma extrema fragmentação, de maneira geral.

O “desalinhamento” do resultado destes cálculos egocêntricos pode ser apontado como um dos grandes responsáveis pela grande desunião entre as diversas denominações cristãs, evangélicas ou não, dentro do país.

Esta realidade continua se mostrando verdadeira quando pensamos no contexto local: uma pastoral estratégica estimula ainda mais o individualismo, tão típico deste fenômeno a que chamamos pós-modernidade, quando se vê na necessidade de convencer os membros/atores, através do conteúdo cognitivo-volitivo, que determinada ação pode se alinhar aos seus interesses pessoais.

3.5. A igreja como objeto da teologia

Como consequência para o fato de que, na pastoral estratégica o pastor é o detentor do processo de construção de identidade e das filosofias de ação de uma comunidade, existe o fato de que a igreja se torna, então, um objeto para a teologia.

Esta é a confirmação de um processo que já dura muito tempo. Podemos dizer que já vem ocorrendo, desde o início do segundo milênio, um processo de crescente separação entre a comunidade da fé e o processo de produção teológica.

Quando observamos a igreja de Atos, enxergamos ali uma comunidade “teologizante”. Ou seja, as pessoas refletiam sobre a sua fé para que, juntas, pudessem criar um conjunto de saberes necessários para se estabelecer um início para a comunidade cristã, uma série de hábitos e conceitos que regulassem a vida daquela comunidade insipiente.

A progressão e o desenvolvimento deste ideário teológico vivencial causou a necessidade de uma sistematização, de uma organização dos saberes teológicos. Podemos dizer que esta organização e sistematização tomou corpo, de fato, com o lançamento da *Summa Teológica*, de São Tomás de Aquino, no início do século XIII. O grande problema é que, com isto, a Teologia deixou de ter como ponto de partida a realidade eclesial, ou seja, o dia a dia da comunidade da fé, e passou a tê-lo nas categorias filosóficas que eram usadas para erigir os critérios desta sistematização.

³⁷ PETERSON, Eugene. *Um pastor segundo o coração de Deus* – a forma da integridade pastoral. Rio de Janeiro: Textus, 2000, p. 2.

Neste mesmo período temos o surgimento das primeiras universidades, na Europa. Como elas eram consideradas o “lugar da transmissão do saber universal”, a Teologia, como “mãe de todas as ciências”, encontrou espaço ali. Este encontro foi mais um passo em direção a um afastamento entre teologia e comunidade da fé, já que os teólogos passaram a viver e a responder aos questionamentos e problemas propostos a partir do contexto universitário/acadêmico.

A Reforma Protestante do século XVI poderia ter sido um início de uma reconciliação entre igreja e teologia. No entanto, o que aconteceu foi que as instituições de ensino teológico continuaram a viver num contexto distante do eclesial. Mesmo com a tentativa já descrita anteriormente de se estabelecer uma Teologia Prática/Pastoral, por parte de Schleiermacher. O fato é que o século XX ainda foi marcado por esta relação tensa.

O problema é que, quando a academia se vê como algo externo à comunidade da fé, ela tende a compreender a igreja como sendo objeto do seu estudo. Todo o pretenso distanciamento objetivo que o pesquisador positivista deveria ter foi aplicado à pessoa do teólogo, daquele que deveria estudar a igreja. Conseqüentemente, o discurso teológico a respeito da igreja se torna cada vez mais cognitivo-instrumental.

O caminho possível para a superação deste paradigma é o entendimento da Igreja como sendo também sujeito da Teologia. Clodovis Boff partilha desta opinião³⁸:

A Igreja é sempre o sujeito primário e geral de todos os carismas, serviços e missões, inclusive da Teologia. O sujeito da fé é também o sujeito da reflexão da fé – a Teologia. Como toda igreja é crente, assim também toda ela é “teologizante”.

Esta naturalidade com a qual este autor trata a idéia de uma igreja “teologizante” também está presente em outra passagem, escrita em conjunto com seu irmão Leonardo³⁹:

Aliás, não existe fé sem um mínimo de teologia. Porque a fé é humana e ela “anseia por entender”, como diziam os teólogos clássicos. E todo o que crê, quer entender algo de sua fé. E quando se pensa a fé, já se faz Teologia. Assim todo cristão é também de certa forma teólogo; e o será tanto mais quanto pensar a sua fé.

A conclusão dos irmãos Boff é simples e direta: pensar sobre a fé, que é nada mais, nada menos que fazer Teologia, é algo intrínseco à própria natureza do ser cristão. Desta maneira, uma pastoral que encare a Igreja como objeto da Teologia, sem lugar ativo na reflexão teológica, é uma pastoral que se coloca em posição contrária à própria natureza da fé cristã; é uma pastoral que perde uma parte essencial da reflexão teológica, que é aquela que cabe ao sujeito da fé, ao membro da comunidade cristã.

3.6. A construção do *telos* em direção à manutenção das estruturas de poder vigentes

Deixamos à guisa de conclusão um problema que também poderia ter sido o primeiro a ser apresentado com relação a este primeiro tipo de pastoral: uma tendência quase que natural diante dos fatores já elencados acima é que o *telos*, ou seja, a finalidade das ações desenhadas a partir de uma pastoral estratégica acaba se voltando para a manutenção das estruturas de poder eclesial tal como elas estão.

³⁸ BOFF, Clodovis. *Teoria do Método Teológico*. Petrópolis: Vozes, xxxx.

³⁹ BOFF, Clodovis e BOFF, Leonardo. *Como se faz Teologia da Libertação*.

Dizemos que é quase que natural esta tendência devido a uma soma de fatores como a detenção do saber cognitivo-instrumental pelo próprio pastor, o cálculo egocêntrico de utilidades e a consideração da Igreja como sendo objeto da teologia. Esta soma nos permite concluir que o *telos* construído ou almejado tende a ser dirigido para tal manutenção das estruturas de poder eclesiástico.